

LUIZA PEREIRA ROCHA

EXPLORANDO A LGBTFOBIA NO MEIO ACADÊMICO

PARANAÍBA

2024

SUMÁRIO

1. Introdução	02
2. Metodologia	05
3. Objetivos	06
3.1. Objetivos Gerais	06
3.2. Objetivos específicos	06
4. Cronograma	07
Referências	08

1. Introdução

Diferente, fora do normal, moderno e vulgar: expressões rotineiramente utilizadas em discursos LGBTfóbicos que tratam as orientações sexuais, identidades de gênero e corpos dissidentes como antinaturais. Uma heterossexualidade compulsória advinda do binarismo sexual, em que há dois sexos: homem e mulher. Nesse sistema, a definição do sexo determina os padrões comportamentais, papéis na sociedade, vestimentas e o modo de viver do indivíduo. Um homem afeminado, por exemplo, é rejeitado e excluído por ser “como uma mulher”, bem entre aspas mesmo – visto que esses papéis são nada menos que determinações de uma ideologia excludente e regulatória. Aqueles tidos como homens ou mulheres “de mentira”, antinaturais e defeituosos pressupõem a existência de uma normalidade que classifica os “de verdade” e biológicos (FAVERO, 2019). A quem tem como gênero o sexo que lhe foi atribuído ao nascimento, considera-se cisgênero (VERGUEIRO, 2015).

Segundo Vergueiro (2015), os ideais europeus herdados pelas colonizações atribuem à cisgeneridade corpos tidos como naturais e desejáveis. Porém, a cisgeneridade esperada pela cultura é a que ocupa o corpo branco, heterossexual e europeizado. Ao levarmos em consideração a concepção de que ser cis é sinônimo de identificação com o sexo atribuído ao nascimento, os corpos pretos que nascem e identificam-se com o sexo “biológico” caem em vulnerabilidade social uma vez que, mesmo cisgêneros, não atendem ao padrão dominante. É verdade, portanto, quando Favero (2019) afirma existir uma articulação entre branquitude, heteronormatividade, sexualidade, raça e etnia. Ser “cis” implica possuir demais “marcadores que subjetivam o indivíduo” (ibidem, p.178) e que produzem diferenças.

Impõe-se pelo modelo heterocentrado a vivência da heterossexualidade a partir dos padrões comportamentais “condizentes” com o sexo atribuído ao indivíduo. Esse modelo ideológico, quando não seguido, resulta na ojeriza às demais sexualidades. E a cisgeneridade, por sua vez, corrobora para o repúdio aos corpos trans, tidos como dissidentes, vulgares, perigosos, entre outros. A isso denominamos LGBTfobia, um dispositivo criado como estratégia de regulação social politicamente organizada (FOUCAULT, 1979). A LGBTfobia pode ser manifestada pelos discursos que transbordam uma ideologia implícita nas instituições – escola, religião, sistema judiciário, sistema de saúde etc. – que ocasionam a lógica de exclusão. A lógica inclusão/exclusão, por sua vez, contribui para a manutenção das desigualdades sociais, o que é extremamente favorável ao sistema capitalista, visto que dessa forma a classe dominante continua, de fato, dominando e regendo todas as “normas ideológicas”.

A normatividade é estudada e criticada pelos estudos *queer*, que “consiste numa ética contra binários, rótulos, determinismos e, sobretudo, heteronormatividades” (SANTOS, 2006, p.8) e afirmam serem as relações organizadas a partir do binarismo – homem e mulher. As identidades, de acordo com a autora, compõem-se pela “classe, orientação sexual, gênero, idade, nacionalidade, etnia, etc.” (p.8). Entendemos aqui que a

dependem das identidades constituídas, os indivíduos perpassam por vulnerabilidades. No entanto, quanto mais marcadores sociais a pessoa possui, mais em vulnerabilidade estará.

Corpos são subalternos mesmo em condição heteronormativa e para isso faz-se necessário o diálogo entre as diferenças que abarcam a subjetividade dos indivíduos. À compreensão destes marcadores denominamos interseccionalidade, que com sua teoria-metodológica “impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (AKOTIRENE, 2018, p. 38) e serve, ainda, como instrumento para “enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos” (ibidem, p.39).

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam os corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações [...] (p.39).

A fim de aprofundarmos nas discussões sobre LGBTfobia, faz-se pertinente adotarmos uma compreensão de orientação sexual, sexo e gênero, uma vez que entendemos ser através da linguagem e dos sentidos que manifestamos nossa subjetividade, o que compreendemos do mundo material e objetivo. No entanto, é também por meio deles que algumas terminologias podem, no decorrer da linguagem, ter seu significado alterado ou incompreendido. Butler (2015, 2018, 2019) e Vecchiatti (2018) auxiliarão na compreensão dos termos supracitados essenciais para pensar a construção do presente estudo.

Ao que se refere à atração erótico-afetiva, Vecchiatti (2018) define como orientação sexual. Portanto, depende do “sexo (no sentido de gênero) que atrai a pessoa” (p.21). Cabe considerar, ainda, sexo a partir da concepção de Butler (2019) em “Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo”. Em sua obra, a autora caracteriza o sexo como normativo, natural, que “a pessoa nasce com”. Inserido na cultura, em um contexto imerso por relações, o indivíduo atribui seu sexo a um gênero, a partir de suas identificações. Pode-se compreender através de sua linha de raciocínio alguns questionamentos sobre a função que resta ao sexo:

[...] se o gênero é o significado social que o sexo assume em determinada cultura [...] então, o que resta ao “sexo”, se é que resta alguma coisa, na medida em que ele adquiriu seu caráter social como gênero? [...] Se o gênero é a construção social do sexo e se não há acesso a esse “sexo”, exceto por meio de sua construção, então parece que além de o sexo ser absorvido pelo gênero, o “sexo” se torna algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para onde não existe acesso direto (BUTLER, 2019, p.21-22).

O gênero, segundo Butler (2015), é “culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (p.24). É a partir de uma teoria social do gênero que Judith Butler o compreende como “uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos específicos” (p.29, *itálico da obra original*).

Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa “é” – e a rigor, o que o gênero “é” – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada [...] o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes (p.29).

A influência colonial eurocêntrica no que tange à cristalização do gênero como feminino e masculino produz o que a autora define como precariedade. Está em precariedade quem não está nas normas de gênero, ou melhor, *cis-hetero-branca-normativa*. O modo de existir e apresentar-se “diferente” dos esperados pelos padrões deixam indivíduos em vulnerabilidade e expostos à violência. Para Judith Butler a vulnerabilidade é política, uma vez que somos corpos vulneráveis às instituições. A autora compreende a vulnerabilidade como resultado da precarização existencial, que é politicamente induzida pelas instituições, principalmente o Estado.

É na sociedade normativa que ocorrem as violações dos direitos humanos, que de fato são direitos somente de quem o Estado possibilita a humanização. O social e político também estão presentes na concepção de Peixoto (2018): “[...] as normas [...] provocam hierarquizações que resultam em desigualdades [...] [e] geram violências sociais, econômicas e culturais” (p.221). A vulnerabilidade de pessoas não cisgêneros e de pessoas não heterossexuais implicam na perda de sua condição humana, uma vez que não detém os instrumentos mediadores para um desenvolvimento saudável. São, portanto, impedidos de direitos como trabalho, saúde pública, entrada e permanência em locais públicos, entre outros.

As instituições contribuem para que essas pessoas em vulnerabilidade sejam mortas, excluídas e mantenham a expectativa de vida aos 35 anos (ANTRA, 2023), como no caso de pessoas travestis e transexuais. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2023), “no ano de 2022, tivemos pelo menos 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans/pessoa transmasculina” (p.26).

Estigmas, exclusão, violência e morte são vivenciados pelos grupos suprimidos e marginalizados. A discriminação, por sua vez, anula “as liberdades constitucionais relativas à cidadania” (PORDEUS & VIANA, 2021, p.177). É necessário pensar na interseccionalidade como maneira de análise integral dos indivíduos em vulnerabilidade e com sua autonomia enfraquecida. Ignorar marcadores sociais e trata-los de maneira hierárquica não deve ser o nosso objetivo. Como aponta Favero (2019):

não é sobre dizer “cis, porém negro” ou “cis, porém gay” para garantir determinado nivelamento entre os marcadores da diferença. É sobre dizer “cis e negro (...)” e “cis e gay (...)” para flexibilizarmos nossas análises em direção a um entendimento interseccional acerca do sujeito” (p.181).

É a partir de Goffman (1963) que entendemos a potencialidade dos estigmas em produzir vulnerabilidades e discriminações ao passo de menosprezar e tipificar o sujeito, “reduzindo-o em uma pessoa estragada e diminuída” (p.6). Essa tipificação, o humano reduzido à “coisa”, pode ser explicitada quando o autor traz em sua obra que “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano [...] construímos

uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa” (p.8).

Considerando as problemáticas apresentadas nos parágrafos anteriores, é fundamental investigar o fenômeno da LGBTfobia no meio acadêmico, especialmente na Universidade de Mato Grosso do Sul, campus de Paranaíba. Este município brasileiro, localizado a leste do estado de Mato Grosso do Sul, tem uma população estimada de 40.957 habitantes, conforme o censo de 2022 (IBGE, 2022). Desta forma, é relevante que as(os) psicólogas(os) contribuam para o avanço científico em torno da temática e, conforme fundamentado no código de ética da profissão, contribuam para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, violência e opressão (CFP, 2005).

Propõe-se o desenvolvimento de pesquisa qualitativa com trabalhadores e acadêmicos do campus de Paranaíba da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É esperado que faça parte da amostra coordenadores, técnicos, docentes, acadêmicos e terceirizados. Será necessário realizar mapeamento institucional (MARINHO-ARAÚJO & ALMEIDA, 2010) como estratégia de levantamento das necessidades e relações presentes na realidade a ser estudada, para que a(o) psicóloga(o) verifique quais ações interventivas deverão ser pensadas.

Acredita-se que a heterossexualidade compulsória e a cisgeneridade promovem a exclusão e a vulnerabilidade de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, ampliadas pela interseccionalidade de marcadores sociais como raça, gênero e orientação sexual. A análise interseccional permite uma compreensão mais profunda das diferentes camadas de opressão e vulnerabilidade, contribuindo para intervenções mais eficazes e inclusivas. O presente estudo, ao compreender como se dão as relações no meio acadêmico, visa identificar se esses processos ocorrem na universidade federal, em Paranaíba.

2. Metodologia

Identifica-se como objeto de estudo a exploração da LGBTfobia no meio acadêmico, especialmente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no campus de Paranaíba. Tem-se como critério de inclusão ser trabalhador(a) ou acadêmico(a) atualmente envolvido(a) em atividades no campus de Paranaíba e, como critério de exclusão, não possuir vínculo atual com as atividades no campus de Paranaíba.

A presente pesquisa consistirá em levantamento teórico sobre os processos envolvidos na LGBTfobia, heterossexualidade compulsória, cisgeneridade e interseccionalidade. A amostra busca incluir coordenadores, técnicos, docentes, acadêmicos e funcionários terceirizados do campus de Paranaíba. É necessário que os objetivos da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão sejam esclarecidos minuciosamente no momento do convite. O consentimento será coletado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa utilizará a técnica de amostragem “Bola de Neve”, introduzida por Coleman (1958) e Goodman (1961), que consiste em uma maneira de atingir terceiros a partir dos primeiros convidados. Considera-se uma metodologia eficaz para alcançar populações específicas e potencialmente difíceis de acessar, como indivíduos que vivenciam ou testemunham LGBTfobia no ambiente acadêmico. Inicialmente, os coordenadores dos cursos de Administração, Matemática, Medicina Veterinária e Psicologia serão os primeiros a serem abordados pelos pesquisadores. Após consentirem em participar, esses coordenadores serão convidados a envolver os demais professores de seus cursos, que, por sua vez, poderão estender o convite a alunos e técnicos administrativos. Além destes grupos, os pesquisadores também abordarão diretamente todo o grupo de terceirizados, apresentando os objetivos da pesquisa e buscando incluir suas experiências e percepções. Essa abordagem visa criar uma rede de participantes que permita uma compreensão mais ampla e diversa da LGBTfobia no campus de Paranaíba, garantindo que diferentes perspectivas sejam representadas e analisadas no estudo.

Será realizado um mapeamento institucional para identificar as demandas e relações na realidade a ser estudada, promovendo ações interventivas de acordo com as necessidades identificadas. Além disso, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas individualmente com os participantes para coletar dados sobre suas experiências e percepções relacionadas à LGBTfobia no ambiente acadêmico. Por fim, os resultados da pesquisa serão divulgados através de apresentações e publicações acadêmicas com o objetivo de promover a conscientização e o debate sobre LGBTfobia no meio acadêmico.

A pesquisa será realizada entre outubro de 2024 e junho de 2025. Todas as atividades ocorrerão na universidade, especialmente nas salas de atendimento do Serviço-Escola de Psicologia “Carolina Martuscelli Bori”, no dia e horário combinado entre as partes. Em relação as entrevistas, os pesquisadores garantem o sigilo e anonimato dos participantes – informações e identidade pessoal – por meio da atribuição de nomes

fictícios e asseguram que os dados serão utilizados sem causar prejuízos aos envolvidos. Todos os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além dos possíveis riscos e benefícios da participação. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo digital, sob guarda e responsabilidade dos pesquisadores, por um período de cinco anos após o término da pesquisa.

Como instrumentos de pesquisa, serão utilizados um gravador de áudio e um roteiro de entrevista previamente elaborado pelos pesquisadores. O método de pesquisa escolhido foi a Análise do Discurso Francesa (PÊCHEUX, 1995), pois é através dela que dispositivos ideológicos naturalizados pela classe dominante poderão ser identificados nas falas dos participantes, atingindo assim a finalidade de identificar se o fenômeno da LGBTfobia está presente no meio acadêmico. Michel Pêcheux desenvolve a Análise do Discurso Francesa como um protesto, a fim de legitimar questões políticas e sociais fortemente desconsideradas pelo Estruturalismo Filosófico dominante no século XX, no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Piccin (2016), Pêcheux aproxima ideologia, discurso e subjetividade, uma vez que envolve questões sociais e políticas em sua filosofia. Ele propõe que o indivíduo se identifica como sujeito dentro de uma formação social por meio de práticas inseridas em ideologias que, como processos discursivos, materializam relações de poder e subjetividade.

Acredita-se que experiências subjetivas são difíceis de quantificar, portanto, para captar os dispositivos ideológicos nos discursos dos participantes e entender se e de que maneira a exclusão advinda do fenômeno da heterossexualidade compulsória e cisgeneridade se manifesta no ambiente acadêmico, considera-se coerente realizar a pesquisa do tipo qualitativa com entrevista semiestruturada, por permitir respostas permeadas por percepções e sentimentos dos entrevistados. Ela também permite que os pesquisadores compreendam o contexto e o significado das respostas, possibilitando que os pares se aprofundem sobre o tema, resultando em uma visão mais completa e significativa dos fenômenos. Como apontam Lakatos e Marconi (2003):

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (p.197).

A partir da transcrição e análise das entrevistas será possível elaborar atividades condizentes aos resultados obtidos, de forma que as ações interventivas façam sentido para a realidade pesquisada. Propõe-se a utilização da proposta da psicologia escolar organizada por Marinho-Araújo e Almeida (2010), ao proporem as técnicas de criação de subsídios para compreender a realidade a ser estudada – mapeamento institucional –; escuta clínica e observação das relações e contextos apresentados a fim de pensar em estratégias de intervenção – escuta psicológica –; criação de espaços para dialogar com acadêmicos, docentes, coordenadores pedagógicos e diretores da instituição – assessoria ao trabalho coletivo – e atingir o estabelecimento de uma cultura que abarque o que foi aprendido e aproveitado durante as intervenções – acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa metodologia será possível pensar

nas práticas conscientes, intencionais e transformadoras a serem desenvolvidas durante o funcionamento do projeto.

A respeito dos riscos, os participantes podem sentir desconforto durante as entrevistas, uma vez que o tema abordado é sensível e pode atingir aspectos subjetivos desses indivíduos. Para abrandar os desconfortos, os pesquisadores garantem tomar as providências necessárias, incluindo o direito de desistência da participação a qualquer momento, sem que isso lhes cause quaisquer prejuízos. Além disso, será oferecido um momento de escuta e acolhimento para amparo psicológico. Os pesquisadores assumem a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Também será garantido o ressarcimento de eventuais gastos decorrentes da pesquisa.

Como benefícios, acredita-se que a pesquisa possibilitará a construção de redes de apoio dentro da comunidade acadêmica, como coletivos, promovendo o reconhecimento mútuo e o desenvolvimento de respeito e solidariedade com e entre as diversidades. Outros aspectos positivos podem ser gerados uma vez que os participantes estarão contribuindo para o avanço do conhecimento científico, melhoria do ambiente acadêmico e possibilidade de desenvolvimento de políticas e ações interventivas que atendam às necessidades específicas da comunidade acadêmica, beneficiando tanto os participantes quanto outros membros da instituição. Ainda, terão acesso aos resultados e discussões da pesquisa, o que contribuirá para o aumento do conhecimento e engajamento com questões relacionadas à LGBTfobia e interseccionalidade.

3. Objetivos

3.1. Objetivo geral

Identificar os discursos LGBTfóbicos dentro da perspectiva de Michel Foucault (1979) no ambiente acadêmico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Paranaíba, compreendendo a LGBTfobia como um dispositivo que carrega em si ideologias guiadas pela estratégia de inclusão/exclusão.

3.2. Objetivos específicos

- 3.2.1.** Realizar entrevistas semiestruturadas com acadêmicos, docentes, direção e coordenadores pedagógicos a fim de captar discursos interpelados pelo dispositivo da LGBTfobia;
- 3.2.2.** Executar as ações da Psicologia Escolar referentes ao mapeamento institucional, escuta psicológica, assessoria ao trabalho coletivo e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem;
- 3.2.3.** Planejar práticas conscientes, intencionais e transformadoras que possibilitem o pensar crítico dos participantes.

Referências

- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, 2023. 109 p.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Editora Letramento, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 1 ed. São Paulo: Editora Crocodilo, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COLEMAN, James Samuel. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Humas Organization**. v. 17, 1958 p. 28-36
- FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019, p.169-197.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3 ed. Editora Graal, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Editora Sabotagem, 1963.
- GOODMAN, Leo Aria. Snowball sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**. v. 32, 1961, p. 148-170.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Paranaíba: IBGE, 2022.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria, DE ALMEIDA, Sandra Francesca Conte. **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**/ Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.], 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios**. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- PORDEUS, Marcel Pereira, VIANA, Rosemary de Abreu. Feminismo, desigualdade de gênero e LGBTfobia: a interseccionalidade das minorias o Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, p. 113-131, 2021.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4651>
- SANTOS, Ana Cristina. Estudos *queer*: identidades, contextos e acção colectiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 76, 2006.
- VECCHIATTI, Paulo Roberto. Apresentação. In: DESLANDES, K. (Org.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 15-29.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Salvador, 2016.